

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2012:** _____

---Aos dezassete dias do mês de Dezembro do ano dois mil e doze, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de António Fernando Couto dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelo Segundo Secretário da Mesa Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Manuel Enes de Abreu,
António Maranhão Peixoto,
João Manuel de Barros Figueiredo em subst. de Manuel Arezes,
Ana Margarida Ferreira Morgado,
Ana Mafalda Oliveira Carreira Mendanha e Silva,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,
Luís António Albuquerque Nunes de Sá e Melo,
Miguel de Almeida Moreira,
Zélia Susete Rosas Fernandes,
José Salvador Pereira Torres Ribeiro,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Maria Adriana Brochado da Cruz Novo em subst. de Orlando Rua,
Gorete Maria Coutinho da Costa Silva,
Maria Isabel Fernandes Dias,
Armando Luís Lopes Martins,
António Viana da Cruz,
Manuel Barros Lopes,
Manuel Fernando Lima Meira Torres,
Mário Ferreira Fernandes,
José Eduardo de Sousa Felgueiras,
Luís António Sequeira Peixoto,
António Vendeiro Catarino,
José Henrique Laranjeira Brito,
António Martins Neves,
José Augusto Azevedo Sousa,
António Manuel Amorim dos Santos,
Aurélio Mariz Neiva,
Jorge Manuel Neto Filipe,
Joaquim Carvalho Rosmaninho e
António Carlos Vieira da Silva.

---Sendo dezassete horas e quinze minutos, verificando-se haver “quorum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em representação desta, bem como dos senhores Vereadores:
António Benjamim da Costa Pereira,

Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,
Jaquelina Casado Afonso Areias,
Maria Raquel Morais Gomes do Vale e
Rui Manuel Martins Pereira.

---Não compareceu inicialmente a senhora Vereadora Hersília Marques.

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos:

Berta Filipa Gonçalves Viana,
Georgete Maria Loureiro Viana da Cruz,
António Manuel Meira da Cruz Queirós.

---Não compareceram inicialmente os membros:

Ana Margarida Ferreira Morgado e
José Eduardo de Sousa Felgueiras.

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas. ---

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

Usou da palavra Albino Neiva, do Grupo Político do PSD, apresentando três votos de pesar, subscritos por todos os Grupos Políticos presentes, e que se transcrevem:

Voto de Pesar pelo falecimento da senhora Maria da Costa Couto, mãe do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Couto dos Santos.

“O Grupo Político do PSD propõe um Voto de Pesar pelo falecimento da senhora D. Maria da Costa Couto, mãe do nosso Presidente da Assembleia, Eng.º Couto dos Santos, expressando-lhe, a ele e a toda a sua digníssima família, a nossa solidariedade e sentidos pêsames.”

Voto de Pesar pelo falecimento do funcionário da Câmara Municipal de Esposende, Rui Filipe Braga Pinto Macedo.

“O Grupo Político do PSD propõe um Voto de Pesar pelo falecimento do funcionário da Câmara Municipal, senhor Rui Filipe Braga Pinto Macedo, expressando a toda a sua digníssima família, a nossa solidariedade e sentidos pêsames.”

Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Ricardo Ribeiro Torres, antigo Presidente da Junta de Freguesia de Forjães.

“O Grupo Político do PSD propõe um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Ricardo Ribeiro Torres que durante muitos anos exerceu funções de Presidente da Junta de Freguesia de Forjães, expressando a toda a sua digníssima família, a nossa solidariedade e sentidos pêsames.”

Continuando a sua intervenção, que se transcreve:

“Seria desonesto se aqui viesse dizer que estou satisfeito e emparceirado com a política e com os políticos que tem a nobre missão de gerir os destinos do país. Seria, também, desonesto se também aqui dissesse que não acredito que muitos desses políticos e governantes não procuram fazer o seu melhor, e querem o melhor para o nosso país. A situação a que chegamos é dramática e exige de todos nós um esforço hercúleo sem precedentes. Tudo isto é verdade e a tudo isto gostaríamos de dar o melhor do nosso esforço e a nossa total adesão. Mas, para que isso aconteça, também é necessário que sejam bem definidos os caminhos a seguir, as metas a atingir e, sobretudo, avaliar o esforço que cada um poderá fazer e que medidas devem ser, ou não, definidas como prioritárias e/ou importantes. Nem sempre o que é prioritário é importante e nem sempre o que é importante é prioritário. Como é comum hoje dizer-se, existe uma linha que separa o prioritário do importante. É nessa linha que reside o contentamento ou não dos portugueses.

Esta reflexão prende-se a dois aspectos políticos que nos preocupam e que aqui, neste órgão político do município, queremos partilhar. Um de carácter nacional, outro de política concelhia e ligado, de forma indelével, a esta Assembleia Municipal.

Foi apresentada um dia destes na Assembleia da República, subscrita pelos partidos que enformam o Governo, o Projecto-lei N.º 32O/XII/2.º sobre a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias. Nada de novo, nada que não se esperasse que viesse a acontecer. O que se lamenta é que, continuando a partir de um pressuposto errado quanto a ser uma exigência do Memorando de entendimento não se diga claramente que o que determina o ponto

3.44 desse documento é a redução significativa das autarquias locais. Não se fala em Juntas de Freguesia ou em Câmaras Municipais. Ambas são autarquias locais e, por isso, estamos perante um tratamento diferenciado o que não é justo. Quando os senhores deputados da maioria propõem uma “reorganização administrativa do território das freguesias” só tiveram em conta a questão territorial e pouco se preocuparam com questões que estão muito para além da simples linha de fronteira física. Nunca quiseram saber se, de facto, na nossa identidade existem ou não fronteiras culturais, psicológicas e mesmo sociais. Todos sabemos que a justiça age, ou devia agir, com os olhos fechados, simbolizando a visão imparcial da decisão, não gostaríamos que os políticos a agir de olhos e ouvidos fechados pois, aqui, a democracia não se pauta por essas atitudes. O estudo, o dialogo, o saber ouvir, o tomar decisões sérias mas, em simultâneo, ponderadas é o que todos esperamos dos nossos eleitos. Tal não aconteceu com este projecto-lei e, por isso mesmo, as consequências são, quanto a nós, muito imprevisíveis. O Grupo Político do PSD, nesta Assembleia, sempre expressou, aqui e publicamente o nosso desacordo com qualquer alteração da geografia do nosso concelho e por várias vezes tornou pública essa mesma posição.

A proposta para o concelho de Esposende é um perfeito disparate e só pode ter sido feito por quem nunca por aqui passou.

Se esta reforma territorial nos deixa desiludidos e descréditos com a política nacional, é para nós preocupante o que se passa a nível local.

Foi com espanto que lemos um comunicado do Partido Socialista onde se diz que “votará contra qualquer proposta que seja apresentada nos órgãos municipais que preveja a extinção, a fusão ou a agregação de qualquer uma das quinze freguesias do concelho”. Uma afirmação destas só pode vir de quem desconhece todo o processo que se desencadeou nesta Assembleia Municipal – o que é estranho – ou então com o intuito de enganar os esposendenses e querer aparecer na praça pública como os arautos da verdade. Como é possível o Partido Socialista de Esposende vir a público e dizer que “não aceita a desresponsabilização dos dirigentes locais do PSD e do CDS e dos eleitos em listas destes partidos políticos nos órgãos autárquicos pela concretização desta reorganização administrativa”.

O Partido Socialista de Esposende, ao longo dos anos, infelizmente, foi-nos brindando com esta forma de fazer política. Ainda não se aperceberam que esse não é o melhor caminho para um dia, bem longe de certeza, poderem vir a ser uma alternativa de poder neste concelho. De vez em quando fazemos um refresh da nossa memória e logo nos aparece o PS de Esposende a votar connosco o Regulamento do Parque Natural do Litoral Norte mas, logo a seguir a informar que reuniu, secretamente, e sobre este propósito com o Secretário de Estado da tutela, para quê perguntamos nos; a indignar-se connosco sobre o estado da barra, e logo a informar nos jornais que reuniu com o respectivo Secretário de Estado, com que objectivo? A lutar, connosco, pela execução dos projectos que integram o Polis Litoral Norte, logo a seguir a criticar tudo e todos menos os que, da sua cor política, não sabem cumprir e honrar os compromissos assumidos, agora mesmo trabalhando em conjunto com todas as forças políticas desta Assembleia Municipal no sentido de produzir um documento onde se contestou esta reforma territorial, mas logo a seguir dizer o que disse num comunicado à população. Com que propósito, perguntamos nós?

Mais uma vez, e para que fique bem claro, mais do que ser-se militantes ou simpatizantes do PSD somos, e estou certo falar em nome de todos os meus colegas de bancada, militantes de uma grande causa que é Esposende.”

Seguidamente usou da palavra José Augusto Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Gemeses, cuja intervenção se transcreve:

“Desde a primeira hora que todos nós, eleitos para defender os legítimos interesses da nossa freguesia, dissemos não a esta Reforma Administrativa Territorial Autárquica (RATA).

No Concelho de Esposende, todos nós com responsabilidades autárquicas; Juntas de Freguesia, Assembleias de Freguesia, Assembleia Municipal e Câmara Municipal dissemos não à extinção/agregação/fusão de freguesias. Dissemos não a esta reforma desde que tomamos conhecimento do famoso livro verde, depois com o livro branco, a seguir dissemos não à aprovação da Lei n.º 12/2012, de 30 de Maio, e agora dizemos não a esta distribuição aleatória que uma denominada comissão técnica, sem rosto e sem conhecimentos sobre a cultura, valores e as raízes históricas de cada freguesia, decidiu apresentar como um acto consumado.

Nesta Assembleia Municipal votei ao lado daqueles que defenderam, a não participação dos eleitos neste tipo de processo de reforma e optaram pela não pronuncia da Assembleia Municipal.

Defendi sempre que este processo teria de ser legitimado pelo povo, ou através de referendo ou através de acordos entre freguesias mas salvaguardando sempre a identidade e os limites territoriais de cada freguesia. O que poderia passar por associações de freguesias, por exemplo, e nunca pela sua extinção.

Verificamos, pois, que o Poder Central resolveu acabar no Concelho de Esposende com 11 freguesias, deixando apenas 4 tal como estavam, e criando 5 novas freguesias. Mais uma vez, o Poder Central pareceu-me tomar uma posição incoerente com o princípio da Lei. Defendia a criação de freguesias em escala nivelada e veio-se a verificar uma monstruosidade ao acentuar a desigualdade entre freguesias contíguas e vizinhas numa proporção antes impensável.

Como representante da minha freguesia de Gemeses, na discussão deste processo tive sempre presente a defesa dos limites geográficos e territoriais da minha freguesia...”GEMESSES”.

Ao tomarmos conhecimento do mapa proposto pela Unidade Técnica nomeada pelo Governo, reunimos para analisar o impacto que esta distribuição poderia causar no concelho de Esposende.

Nessa reunião eu, Presidente da Junta de Freguesia de Gemeses questioneei o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende, se a partir daquele momento, data em que se conheceu o mapa de distribuição proposto, seriam aceites propostas de agregação, ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que certamente seria difícil, mas que iria junto dos serviços procurar informação e depois comunicaria.

É com espanto que ouço na praça pública que o Presidente da Junta de Freguesia de Gemeses queria a agregação, e há pouco li... “Soube-se que poderá haver uma proposta para, aproveitando o interesse de Gemeses de se juntar a Palmeira e Curvos, se contrapor a não agregação de Fão e Apúlia”. Pergunto eu: Quem e que esta a fomentar esta agregação à revelia do povo e dos órgãos eleitos da Freguesia de Gemeses? É falso que a Junta de Freguesia de Gemeses tenha conhecimento de tal pretensão.

O que foi pedido, nessa reunião, pelo Presidente da Junta de Freguesia de Gemeses foi uma mera informação e não uma pretensão. Não fiquei contente por ver a Freguesia de Gemeses incluída num mapa onde confrontava agora com duas freguesias do mesmo concelho, uma com cerca de 11 mil e 200 habitantes e outra com cerca 3 mil e 200 habitantes, quando antes tínhamos confrontação com uma freguesia de cerca de 1300 habitantes e outra com cerca de 2 mil e 400 habitantes. Mas isto não pode servir de motivo para que o Presidente da Junta de Freguesia altere o seu comportamento e passe agora a defender o contrario daquilo que sempre defendeu e vai continuar a defender. A identidade e a definição dos limites territoriais próprios da Freguesia de Gemeses!

E qual a intenção do pedido de informação? Nós, Presidentes de Junta de Freguesia, fomos eleitos e mandatados para defender a vontade da maioria dos seus eleitorados. Mas não estamos mandatados para extinguir a nossa freguesia, pois nunca tal intenção foi manifestada nos nossos programas eleitorais. A partir daquele momento estamos perante um dado novo para apresentar ao eleitorado da freguesia, e, caso fosse possível, o povo da freguesia de Gemeses teria a possibilidade de escolher pela via da consulta popular, promovida pela Junta de Freguesia, a opção que melhor se adequasse e interpretasse os desejos da população da Freguesia de Gemeses.

Seria uma incoerência, da minha parte, vir agora defender a agregação da freguesia de Gemeses quando estivemos sempre contra a extinção de freguesias. As freguesias foram-nos legadas pelos nossos antepassados e antecessores, e a melhor homenagem que lhes poderíamos prestar era a manutenção da integridade das nossas freguesias. Estive e estarei sempre contra a extinção da Freguesia de Gemeses mesmo que, a ser possível, na consulta popular se decidisse o contrario.

Direi sempre... Não à extinção de freguesias por imposição. Deixem o povo exprimir livremente a sua vontade.”

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, cuja intervenção se transcreve:

“Vivemos um tempo, outra vez, de tiranias!

Tiranias dos mercados, dos juros usurários, da exploração feroz.

Vivemos um tempo triste, um tempo em que a democracia deixou de o ser.

A democracia está doente e prostrada no leito aprisionado pelos tiranos deste tempo.

Uma democracia triste, porque amputada, esvaída da seiva que lhe percorria os interstícios do seu ser.

Democracia amputada porque já não é económica, democracia amputada porque já não é social, democracia amputada porque já não é cultural já não é ambiental.

Vivemos um tempo triste onde fala mais alto a voz, a voz das políticas de direita.

Políticas de direita que fazem mal, muito mal.

Há mais de trinta e cinco anos, qual maleita que massacra o nosso país, as políticas de direita vem tingindo de tristeza os dias de muitos, muitos portugueses!

Políticas de direita que fazem mal porque criminosas, porque lançam nas valetas do esquecimento milhares e milhares de homens e mulheres de todas as idades.

Vivemos, pois, um tempo que é a soma de outros tempos de alternâncias políticas em que mudam os protagonistas para que a política (de direita) nunca mude.

Um tempo herdeiro do tempo salazarista. Sim, não tenho medo de o dizer. Vivemos outra vez, um tempo, no plano económico, social e cultural, quase fotocópia negra do tempo do fascismo. Hoje como no tempo do fascismo, voltamos a assistir à centralização e concentração de capitais;

Hoje como no passado negro fascista, assistimos à formação de grupos monopolistas que se tornam donos e dirigentes de sectores fundamentais da economia nacional, acumulando grandes fortunas assentes na sobreexploração, nas privatizações, na miséria e na opressão do povo português;

Hoje, como no tempo da ditadura fascista, os trabalhadores estão sujeitos a brutais formas de exploração;

Hoje, como no tempo da ditadura fascista centenas de milhares de portugueses, na sua maioria jovens, forçados a emigrar;

Hoje, como no tempo da ditadura fascista, há franjas significativas da população subalimentadas e com fome;

Hoje, como nos tempos negros da história deste país pulula a caridadezinha como remédio para salvar as vítimas da exploração;

Caridadezinha organizada e promovida por aqueles, muitos, que preconizam políticas de exploração e geradoras de fome.

A ditadura fascista agravou os laços de dependência de Portugal em relação ao imperialismo e, a troco do apoio externo ao regime, promoveu a associação dos grupos monopolistas portugueses com os monopólios estrangeiros e entregou ao imperialismo sectores chave da nossa economia. Hoje, é esta receita que está a ser aplicada em toda a linha.

Em todas as áreas da nossa vida económica, social, cultural e política vivemos tempos de retrocesso.

Um retrocesso civilizacional, traduzido na destruição de grandes e valiosas conquistas no plano da educação, saúde, cultura e prestação de serviços públicos.

Como no tempo do fascismo, o Governo PSD/CDS-PP tudo faz para que os filhos dos explorados de hoje sejam os explorados de amanhã e que os filhos dos exploradores de hoje, sejam os exploradores de amanhã, isto é, condena os filhos dos homens a não serem meninos e a engrossarem as fileiras dos explorados.

Vivemos, pois, um tempo em que a vida de um rico continua a ser feita à custa de milhares de pobres.

Por isso, mantêm-se actuais, cada vez mais actuais as palavras de Almeida Garrett, “pergunto aos economistas, políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico?”.

Não estamos condenados a esta tragédia provocada pela política de direita.

Há um novo caminho de futuro para Portugal que passa, no imediato, por resgatar o nosso país das garras das Troikas, e pela construção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda.

Uma política ao serviço do povo que requer desde logo a derrota definitiva do governo e a sua demissão. Derrota e demissão que exigem que o povo decida, através de novas eleições, sobre

o futuro do nosso país.”

Continuando,

“Num acto traição às populações, o PSD e o CDS-PP, aprovaram, à pressa, um decreto-lei que, no fundo liquida centenas de freguesias.

O que o PSD e o CDS estão a concretizar, com a responsabilidade do PS que subscreveu no acordo com a Troika a redução de autarquias, é um ataque à democracia, uma ofensa à identidade cultural, a eliminação daqueles que defendem e representam os interesses das populações e todos os dias lhe dão resposta.

Afastar o povo da sua Junta de Freguesia, reduzir a prestação dos serviços, liquidar postos de trabalho, afastar as populações da participação na vida social, eis o que pretendem o PSD e o CDS-PP.

E não venham com o argumento de que com a liquidação de freguesias se poupa, se reduz a despesa pública.

Este argumento do PSD e do CDS é uma mentira. O que se pretende é isolar ainda mais as populações, condená-las ao abandono e ao isolamento.

Há ainda tempo para derrotar este atentado.

Com a demissão do Governo e a derrota desta política será sempre tempo para o impedir.

E nesta luta há os que sempre têm estado do lado das populações. O PCP orgulha-se de estar na primeira linha deste combate, informando as populações e denunciando os intentos de quem quer deitar uma pedra por cima do Poder Local Democrático. Este é um combate em defesa da democracia, este é um combate que requer a mobilização até ao limite das populações. Por isso, não compreende a reduzida mobilização da maioria, Juntas de Freguesia do nosso concelho, assim como não compreendemos a passividade da Câmara Municipal no que concerne à organização de tomadas de protesto contra esta medida do Governo.

Nesta, como noutras matérias, a maioria PSD, o CDS-PP e o PS, colocam-se à janela a “ver passar as moscas” e à espera que a malfetoria do governo se abata forte sobre os Esposendenses.

E, em todo este processo, há condutas políticas que não podem deixar de merecer a nossa crítica e contundente censura. Não podemos, pois, deixar de criticar o senhor Presidente desta Assembleia, quando, aqui, vota contra a agregação de freguesias e, lá longe, em Lisboa, na Assembleia da República, longe dos Esposendenses, vota em sentido contrário, concordando com tal agregação. Estamos perante uma conduta política que confina numa flagrante e insanável contradição que nenhuma declaração de voto pode suprir.”

Seguidamente usou da palavra Luís Peixoto, Presidente da Junta de Freguesia de Fão, cuja intervenção se transcreve:

“O projecto-lei n.º 320 /XII/ 2.ª, proposto pelos partidos da maioria que actualmente nos governa, foi na semana passada aprovado, na generalidade, pelos mesmos que o propuseram. Em Fão, e por Fão, no dia 6 de Dezembro o executivo da Junta de Freguesia decidiu fechar ao público o edifício sede. Nesse dia os serviços de atendimento geral, posto dos CTT e Gabinete de Inserção Profissional estiveram encerrados.

Como acto de protesto contra o ataque à autonomia local que se estava a executar na, cada vez mais centralista, Capital da República, a população Fangureira disse NÃO perante as câmaras de RTP1.

Nesse dia o NÃO de FÃO foi notícia com destaque nos telejornais nacionais.

O parlamento já havia recebido, tal como esta assembleia, um documento claramente justificativo da posição Fão DIZ Não!

A população de Fão está claramente empenhada em anular esta tentativa de aniquilamento de valores, costumes, e identidades únicas e próprias dos Fangeiros, venha de onde vier.

- Tou Presidente, desculpa estar a ligar a esta hora (nove e meia da noite). Aqui à beira do Náutico esta um buraco enorme, dois carros já furaram. Cada um que passa bate no buraco! Isto esta muito perigoso!

- Obrigado Chico, já vou ai.

Contactos com Protecção Civil Municipal, GNR, Esposende Ambiente, Aguas do Noroeste, Autochapinhas, ...viatura própria com quatro piscas ligados, triangulo a sinalizar buraco, e passadas duas horas volto à escrita deste discurso.

Colegas Presidentes de Junta certamente que todos vocês já passaram por situações idênticas, uns mais outros menos, no entanto todos devem concordar que tudo nos cai em cima, em primeira-mão.

Somos sem qualquer sombra de dúvida os primeiros a ser chamados e recordados, para o bem e para o mal.

A isto chama-se proximidade!!!

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Deputado na Assembleia da República, V. Ex.cia também conhece perfeitamente estas realidades!

Quantas associações culturais, desportivas e recreativas existem nas nossas freguesias? Já pensaram no que lhes vai acontecer?

Já pensaram nas rivalidades que serão acirradas por esta lei?

Já pensaram nas alterações que terão no vosso cartão de cidadão?

Pois então e agora? Parece-vos bem esta proposta de agregação de freguesias?

Devo dizer-vos que esperava que, muitos de vocês, fizessem muito mais na luta contra esta Lei arrogante e aniquiladora da realidades e valores locais!

Devo dizer-vos que esperava uma resposta muito mais forte do Concelho de Esposende!

Devo dizer-vos que esperava ver no Concelho de Esposende um Movimento a 15 e não apenas a 3!

Será que desejam ficar com o ónus do desaparecimento da vossa freguesia assim como da própria identidade?

Será que desejam ficar com o ónus de passar a viver numa freguesia, que apesar de não agregada, deixa de ter peso na dinâmica estrutural do concelho?

Meçam bem as consequências dessa vossa passividade pública. Os vossos fregueses não vos perdoarão!

Não se esqueçam que os nossos cargos são efêmeros mas temos o ónus da defesa das nossas populações, dos seus interesses comuns.

Fomos eleitos para defender as nossas populações e não para seguir orientações partidárias.

Deixo-vos aqui o convite para uma reunião em Fão, em data breve e oportuna, a fim de lançarmos um Movimento, a 15, pelo concelho de Esposende.

A luta vai de facto ainda no “adro”.

Pela frente teremos lutas judiciais, mas antes outras se deverão processar e tomar.

Por mil razões, tantas quantos os anos, comprovados, que a comunidade Fangeira apresenta, o executivo da Junta de Freguesia, em representação de todos os fangeiros, desde logo se posicionou contra uma Reorganização Administrativa que não toma em consideração a opinião e conhecimento das comunidades locais.

Analizado o documento “Proposta de Reorganização Administrativa para o Concelho de Esposende” e agora o “Projecto-lei n.º 320/XII/2.ª Reorganização Administrativa do

Território das Freguesias” com os mesmos não podemos estar de acordo pelas seguintes principais razões:

- a) O decreto-lei 22/2012 de 30 de Maio, que os suporta, é de constitucionalidade duvidosa, aguardando-se parecer do Tribunal Constitucional, sobre o mesmo, solicitado pela ANAFRE.*
- b) As soluções propostas vão contra a “Carta Europeia da Autonomia Local “ que no seu Art.º 5 – Protecção dos Limites territoriais das Autarquias Locais – diz claramente que as autarquias locais devem ser consultadas previamente relativamente a qualquer alteração dos limites territoriais locais, eventualmente por via de referendo, nos casos em que a lei o permita. De referir que a Carta Europeia da Autonomia Local, foi ratificada pela Resolução da Assembleia da Republica n.º 28/90 em 13 de Julho de 1990.*
- c) As soluções ferem de morte Vilas com vivências próprias e diferenciadas de cariz social e económico vincadamente diferenciados.*
- d) As freguesias de Fão e Apúlia, apesar de serem dois aglomerados de cariz urbano, não se pode considerar que as mesmas sejam urbanamente contíguas. Contrariamente ao que se possa estar a passar com outros aglomerados urbanamente contíguos, os limites entre Fão e Apúlia são compostos por uma malha de mais de 3 Km² em cuja composição entram terrenos REN (Reserva Ecológica Nacional), RAN (Reserva Agrícola Nacional) e território da freguesia de Fonte Boa.*
- e) Ao contrário do que se propunha fazer, a Reorganização Administrativa, desequilibraria demograficamente o Concelho de Esposende. Passariam a existir no concelho duas freguesias exageradamente populosas que entre elas totalizariam cerca de 18 mil habitantes dos 30 mil que possui o concelho. Desta forma as assimetrias tornar-se-iam ainda mais fracturantes em benefício do litoral do concelho e com prejuízo para as restantes sete freguesias, das quais algumas ficariam com pouco mais de mil habitantes, como é o caso de Gemeses.*

Dar a Mão por Fão?

Ou Dar a mão por 15?

Fão, a 15, a 3 ou sozinho continuará a lutar!”

Interveio seguidamente Manuel Enes, do Grupo Político do PS, cuja intervenção se transcreve:

“Depois de tomarmos conhecimento da proposta concreta de reorganização administrativa do território autárquico nacional ao nível das Freguesias, formulada pela Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do território, ao propor a extinção de 11 freguesias, que serão substituídas por 5 “uniões de freguesias”, os eleitos locais do Partido Socialista expressam e sublinham a sua frontal, completa e inequívoca oposição a esta proposta extintiva e pretensamente agregadora de Freguesias.

Já o dissemos e repetimo-lo hoje novamente aqui, que este processo extintivo, construído pelo PSD/CDS e assente na Lei n.2 22/2012 é um processo que desconsidera as autarquias e os autarcas, não serve as populações e muito menos tem conta a diversidade e a identidade do país e do seu território, rompendo definitivamente com a proximidade do serviço público.

As 15 actuais freguesias do nosso concelho, tem historia, cultura, identidade e património, tem equipamentos públicos construídos com o esforço das suas gentes e impostos de todos nós, tem um passado, e anseiam com legitimidade por um futuro melhor, combinado com o orgulho das suas terras e das suas gentes, que esta lei a consumir-se vem matar.

A extinção de Freguesias conduz inevitavelmente à redução da democracia, à fraqueza da participação política dos cidadãos na gestão da coisa pública e por mais que nos justifiquem a eliminação de freguesias não conseguimos nem por um pouco, adivinhar quaisquer ganho financeiro, no seu processo.

Pelo contrário, será mais desemprego com os milhares de serviços públicos locais que encerram, é o Estado mais próximo das populações e o único ponto de contacto com o Estado político e administrativo, que acaba e perante esta imposição, contra tudo e contra todos, o Partido Socialista representando nesta Assembleia, reafirma a sua total oposição a este processo extintivo de Freguesias.

Principalmente que ele seja feito sem a participação e a intervenção dos órgãos do poder local autárquico democraticamente eleitos.”

Seguidamente usou da palavra Mário Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Curvos, cuja intervenção se transcreve:

“Na continuidade de algumas, muitas, das intervenções que aqui tenho vindo a fazer, dirijo-me mais uma vez a esta Assembleia, neste momento de grande tristeza, indignação e lamento, provocados pela errada e inaceitável intenção do Governo, para, através da Lei N.º 22/2012, intenção essa agora concretizada com a aprovação do Decreto-Lei N.º 329/12 pelos senhores Deputados na Assembleia da República, para através de incompreensíveis critérios, extinguir a Freguesia de Curvos, pondo em causa séculos de história.

Curvos, vale por si, pela sua riqueza, património, história e acima de tudo, vale por si própria e por todos os Curvenses e habitantes de Curvos.

Sou presidente da Junta de Freguesia de Curvos, ou seja, uma das 11 Freguesias do concelho de Esposende que o Governo quer à força extinguir, contra tudo e contra todos, onde obviamente se incluem os próprios Fregueses visados, neste caso, os Curvenses;

São 11 anos a pugnar incansavelmente pelos interesses dos Curvenses e pelo progresso da minha Freguesia.

Temos conseguido, com a ajuda de todos, assinaláveis progressos e o desenvolvimento de Curvos e hoje uma realidade, tendo mesmo em muitas áreas catapultando Curvos para patamares dignos de registo, como é exemplo a certificação dos serviços da Junta, no ano de 2005, bem como com muitos outros exemplos que poderia aqui trazer e que tem permitido levar o bom nome de Curvos além-fronteiras, motivo de orgulho e admiração.

Esta Junta potenciou, criou e valorizou, em conjunto com o Município, condições que nos proporcionam uma excelente qualidade de vida, com um ambiente saudável e com muitos dos recursos que as pessoas ansiavam e dos quais hoje usufruem.

Soubemos inovar, criar dinâmica e manter a Freguesia viva, unida e animada! “Curvos em Movimento” é uma realidade que nos diferencia positivamente e ver as pessoas felizes é algo que muito nos orgulha e torna válido todo o nosso trabalho e empenho em prol dos habitantes.

Como e do conhecimento desta Assembleia, pelas minhas inúmeras intervenções – desde 2002 – tomadas de posição em todos os fóruns, encontros e manifestações, um defensor acérrimo das Autarquias Locais, pelo conhecimento, vivência e experiência que tenho, porque são órgãos de proximidade e prontidão no atendimento às populações, especialmente às mais vulneráveis, desprotegidas e carenciadas e porque são factores de desenvolvimento e progresso, criando e gerindo os equipamentos que são postos ao serviço das pessoas;

Sempre me afirmei categórica e frontalmente contra esta reforma, por considera-la prejudicial para as Freguesias, para as Autarquias Locais e para a própria democracia de proximidade.

Se na altura o temi, hoje, por reforçadas razões o receio ainda mais, pois como sabemos a Assembleia da República aprovou a extinção da Freguesia de Curvos e de mais dez Freguesias do nosso concelho, indo, incompreensivelmente contra as várias deliberações e pronúncia desta Assembleia Municipal que, por unanimidade, se pronunciou pela manutenção das 15 Freguesias do concelho de Esposende.

Pelas inúmeras funções que desempenho ou já desempenhei nas mais variadas instituições e associações concelhias, tenho a felicidade de conhecer muito bem o nosso concelho e por isso tenho um carinho especial por todas as 15 Freguesias, com todas as suas especificidades e riquezas individuais, bem como pelas suas populações, os Esposendenses de todo o concelho.

Na Junta de Freguesia de Curvos aprovamos um proposta de total oposição a esta reforma, baseada na Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, e que pretende extinguir a nossa Freguesia, apresentamos esta proposta na Assembleia de Freguesia de Curvos que a aprovou por unanimidade. Na Assembleia Municipal, enquanto presidente da Junta de Freguesia de Curvos e enquanto líder da bancada independente, também me pronunciei e votei contra esta reforma e pela manutenção das actuais 15 Freguesias.

Discordo totalmente da extinção da Freguesia de Curvos e das demais 11 Freguesias, porque:

- As populações não foram ouvidas, e se há tema que lhe diga respeito, este será porventura senão o mais, pelo menos um dos mais importantes de todos;

- Porque ninguém conseguiu ainda provar-me um único benefício, ou ganho que seja, com a liquidação destas 11 Freguesias e em concreto com a liquidação da Freguesia de Curvos;

- Porque discordo totalmente dos critérios usados, quer dizer, da falta deles, pois a proposta conhecida, tal é a sua inconsistência; veja-se bem que 2 das novas Freguesias “Uniões” ficariam sozinhas a ter cerca de vinte mil, dos trinta e quatro mil habitantes do concelho, ou seja mais de 50% da população em apenas 2 freguesias e a restante nas outras 7. Que grande exemplo de hegemonia!

Quero deixar claro que não é mais este ataque que me vai esmorecer, ou esmorecer os Curvenses, pois até que seja promulgada pelo Senhor Presidente da República e até que entre em vigor, o que espero não venha a acontecer, pois aguardamos a pronuncia do Tribunal Constitucional sobre a constitucionalidade desta Lei, vou continuar, se calhar com mais força ainda, a defender a minha e as demais 10 Freguesias, estas mesmas, que os Senhores do terreiro do paço querem varrer do nosso mapa concelhio.

Quero ainda clarificar que o facto de quererem agregar Curvos e Palmeira de Faro, extinguindo ambas para criar uma nova, com a tal designação de “União de...” não me faria qualquer impressão ou constrangimento, nem existe aqui qualquer problema, como aliás também não existiria caso a agregação fosse com a outra Freguesia com quem temos excelente vizinhança, a Freguesia de Vila Chã.

Em Curvos damo-nos bem com todos os nossos vizinhos, aliás, fazemos disso ponto de honra, temos excelente relacionamento institucional, pessoal e inter-populacional, mas como não vemos justiça nesta decisão, nem benefícios com esta agregação, não nos sentimos condicionados para legitimamente continuarmos, enquanto o acharmos possível e defensável a lutar contra a extinção desta Freguesia.

Infelizmente, mas conforme sempre alertei, começa a notar-se aquilo que se previa que e o confronto entre populações visadas e aquilo que sempre tenho respondido a todos aqueles que me questionam sobre as razões porque que querem acabar com 11 Freguesias e deixar 4 tal como estão, e com base em que critérios: A minha resposta e muito simples:

Aquelas 4 Freguesias não são as que estão mal; aquelas 4 estão muitíssimo bem assim, como sempre estiveram;

Errado está o facto de quererem acabar com as outras 11 Freguesias, onde se inclui a Freguesia de Curvos.

É importante lembrar que o nosso inimigo não é, nem será nunca a Freguesia ou Freguesias vizinhas, nem nenhuma das outras 14, mas sim esta Lei, que quer ilegalmente extinguir algumas das nossas Freguesias, contra a vontade dos seus habitantes, das Juntas de Freguesia, da Câmara e desta Assembleia Municipal, da Associação Nacional de Freguesias e

da Associação Nacional de Municípios. Como dizem alguns governantes, “contra tudo e contra todos”.

Considero esta reforma inconstitucional, violadora da Carta Europeia da Autonomia do Poder Local, disparatada para o concelho de Esposende e lesiva dos superiores interesses dos Curvenses e da Freguesia de Curvos, porque:

- Inconstitucional porque trata os Municípios e as Freguesias de forma diferenciada, dá poderes às Câmaras e às Assembleias Municipais para aprovarem a extinção de Freguesias, quando se trata de Instituições autónomas e sem qualquer tutela de umas sobre as outras e porque não ouviu nem defendeu o interesse das populações abrangidas;

- Inconstitucional porque pediu parecer às Assembleias Municipais mas não os respeitou;

- Viola a Carta Europeia da Autonomia do Poder Local, subscrita por Portugal, porque nesta consta que nenhum Estado pode alterar a designação e os limites de uma Freguesia sem consulta aos Fregueses dessa mesma Freguesia;

- Disparatada para o nosso concelho porque em vez de criar equilíbrio e hegemonia demográfica, cria as incompreensíveis abissais diferenças e desigualdades;

- Lesiva para os Curvenses e para a Freguesia de Curvos, porque significaria um retrocesso civilizacional e iria contra os interesses dos Curvenses.

Para terminar quero ainda lembrar que não foram as Freguesias que contribuíram para o défice do país, que a generalidade das Freguesias não têm dívidas, que a Freguesia de Curvos nada deve a ninguém, que mais de 90% dos Presidentes de Junta de todo o país exercem funções em regime de voluntariado e que a totalidade das Freguesias apenas representam 0,9% do Orçamento de Estado!

Por isso, não nos venham com o mais que esgotado tema da poupança, porque esta reforma provocará, isso sim, custos acrescidos para o Estado e para os contribuintes e benefícios diminuídos para as populações;

Para mim o facto mais importante não se prende sequer com a inconstitucionalidade da lei, com a violação da carta europeia da Autonomia do Poder Local e com muitos outros atropelos, tudo isto é sem duvida muito importante, mas para mim importantíssimo mesmo e que lesa o interesse das populações, põem em causa a democracia de proximidade, aumenta a distância entre estado e cidadãos e não traz nenhum ganho para a nação, mas tão só serve a vaidade de governantes que somente se preocupam em, erradamente, colocar mais um visto no programa da Troika e auto convencerem-se que com esta reforma mostram autoridade.

Desenganem-se estes senhores porque as portuguesas e os portugueses quando tomarem consciência do alcance desta reforma vão reagir e vão saber dar a resposta adequada!

Termino garantindo a esperança que mantenho, na manutenção da minha Freguesia, pois ainda que o actual governo teime em levar esta reforma até às últimas consequências, estou certo, virá novo governo, um dia, que corrigirá este monumental erro, cometido contra os Fregueses e suportado em trapalhadas.

Quero ainda garantir que continuarei a pugnar pela defesa intransigente da continuidade da Freguesia de Curvos, ainda que para isso tenha que recorrer as instâncias judiciais;

Viva a Freguesia de Curvos, viva o Concelho de Esposende e as suas 15 Freguesias!”

Terminando, referiu que não gostou de ouvir, nesta Assembleia, que o nome da Freguesia de Curvos poderia estar a ser utilizado abusivamente, uma vez que, como referiu, é do conhecimento geral que estão e estarão contra a extinção de freguesias.

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal referindo que tendo em conta a matéria perpassada lhe merece um comentário porque, como referiu, entende que essa matéria é da máxima relevância, não só para a história, mas também para a cultura, para o

sentimento das pessoas, das populações e para o nosso concelho.

Continuando, e em resposta à intervenção do senhor Deputado Manuel Carvoeiro, disse que gostava de deixar claro que, em primeiro, teve o cuidado de votar juntamente com a Assembleia Municipal sobre a não pronuncia, porque, desde o início se manifestou nesse mesmo sentido e com uma declaração de voto, porque exercendo o cargo que exerce a intenção foi salvaguardar essa mesma questão. Disse ainda que, aquando da votação na Assembleia da República, o fez também com declaração de voto porque existem matérias onde há disciplina de voto e esta foi um dos casos. Referiu ainda que o Partido Social Democrata é um partido onde diversas vezes se verifica que deputados votam contra a orientação política do partido ao contrário do PCP onde, tal situação, não é permitida. E que o senhor Deputado Manuel Carvoeiro não dá lições de política a ninguém nem tão pouco de democracia porque, no PCP, se votarem contra as orientações políticas do partido são banidos da política, pelo que, salientou, não pode o senhor Deputado Manuel Carvoeiro dar lições de mural sobre essa matéria.

Seguidamente, referindo-se à Reorganização Administrativa referiu que a sua posição sobre a matéria é pública, até porque, como disse anteriormente, apresentou declaração de voto e nessa declaração referiu que era seu entendimento que houve uma clara precipitação do Poder Político quanto à calendarização e na forma como foi feita esta reforma. Que enquanto político, sempre defendeu que a reforma deveria ser feita da base para o topo, deveria emanar directamente das populações e aí sim, não só, ficar-se pelas freguesias mas também pelos conselhos, referindo que esta é uma posição pessoal sobre a matéria em questão. Disse também que, como teve oportunidade de o afirmar publicamente, uma reforma desta natureza e com esta profundidade levará anos a consolidar e o poder político deve entender que há valores históricos e cumplicidades colectivas que tem que ser salvaguardadas e o bom senso exige, exigiria, que isto tivesse tido em consideração.

Continuando, referiu que esta situação surgiu porque existe um partido que assinou o memorando quando o país estava com “as calças na mão”, não tendo sequer dinheiro para pagar salários e se sujeita a assinar o memorando metendo lá este capítulo. Disse não valer a pena dizerem que se tratavam de autarquias e que foi interpretado à francesa. Não valer a pena porque autarquias são freguesias e concelhos. Pegaram foi por aquilo que havia em maior número e, claramente que a Troika impôs isso, mas que o grande erro foi ter colocado no memorando esta matéria. Disse também que as responsabilidades políticas devem ser assumidas porque, a política, está a cair numa situação de degradação que não é aceitável. Os políticos assumem compromissos e depois não os honram. Que se o Partido Socialista tivesse assumido as suas responsabilidades por aquilo que colocou no memorando e se se tivesse sentado à mesa juntamente com o PSD e o CDS, teria havido uma força que poderia ter, provavelmente, ajudado a encontrar outras saídas, mas que preferiu se colocar à margem do processo. Referiu compreender que o PS o tenha feito, embora não concorde e seja mau que tal tivesse ocorrido porque, agora, poderão apresentar os seus candidatos às Juntas de Freguesias e dizerem não terem nada a ver com a situação, que tal é da responsabilidades do PSD e do CDS. A política não pode ser feita assim. Os interesses das comunidades locais devem ser defendidos por todos quando estão em causa valores históricos, culturais e sociais profundos.

Concluindo, referiu que uma vez que não houve pronúncia por parte da Assembleia Municipal de Esposende, ao definirem o novo mapa, não houve consulta à Assembleia Municipal de Esposende sobre esse mesmo mapa. Podem até dizer que estava na Lei e que essa não foi considerada inconstitucional. Contudo, pela sua experiência, entende haver uma falha no processo e que foi feito um mapa de agregação sem que a Assembleia se tivesse pronunciado e que este assunto será analisado pelos Juristas e pelos Constitucionalistas.

Terminado o período de intervenções, foram colocados a votação os Votos de Pesar apresentados no período de antes da ordem do dia, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA MARIA DA COSTA COUTO, MÃE DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ENG.º COUTO DOS SANTOS. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA MARIA DA COSTA COUTO, MÃE DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. -----

2 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO FUNCIONÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, RUI FILIPE BRAGA PINTO MACEDO. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO FUNCIONÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, RUI FILIPE BRAGA PINTO MACEDO. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. -----

3 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR RICARDO RIBEIRO TORRES, ANTIGO PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE FORJÃES. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR RICARDO RIBEIRO TORRES, ANTIGO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FORJÃES. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. -----

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo referido que se encontrava disponível para esclarecer sobre eventuais assuntos que possam ser colocados pelos senhores deputados e que, em complemento, à sua Informação Escrita, gostaria de informar, fazendo assim um ponto da situação do Polis Litoral Norte que, como havia dito, estava previsto haver uma reunião para fazer um ponto da situação relativamente ao mesmo, mas que até à presente data não houve qualquer evolução. Disse ainda que sobre o capital em dívida por parte dos outros dois municípios que integram o Polis Litoral Norte, também não houve qualquer evolução.

Referiu que, entretanto, o Município de Esposende requereu junto do Conselho de Administração da Sociedade, que suspendesse, por uma questão de justiça e equidade, todos os processos dos Municípios de Viana do Castelo e de Caminha enquanto estes não realizassem o capital de valor equivalente ao Município de Esposende, solicitação que foi rejeitada, pelo continua a haver claramente uma situação de privilégio para estes dois municípios. Requereu

ainda que fosse devolvido ao Município de Esposende o dinheiro já subscrito para que Esposende fizesse o mesmo que os outros dois municípios, ou seja, só realizar capital, quando os investimentos fossem realizados. Nesta última situação, o Conselho de Administração da Sociedade solicitou um parecer jurídico que apontou no sentido de não ser legal devolver o capital ao Município de Esposende. Informou ainda que havendo qualquer desenvolvimento dará, do mesmo, conta aos senhores Deputados, mas que alguma coisa terá que acontecer uma vez que em Março de 2013 termina o período de vigência desta sociedade e, nessa altura os municípios terão que decidir se pretendem ou não continuar no programa.

Referiu seguidamente, sobre a questão central abordada no período de antes da ordem do dia, que ao longo dos últimos meses, das muitas conversas que teve com outros autarcas, chegou à conclusão de que o que aconteceu no Município de Esposende, foi quase caso único, pelo menos no Distrito de Braga. Disse ainda não poder assegurar mas que Esposende deve ter sido o único município onde existiu unanimidade por parte de todos os Partidos Políticos, de todas as forças políticas relativamente à Reforma Administrativa. E por estar liberto de amarras partidárias, considerar ter legitimidade para declarar que achou a atitude do PSD de Esposende e do CDS de Esposende de grande coragem pelo facto de terem votado contra esta reforma de uma forma tão inequívoca, contrariando aquilo que eram as orientações nacionais dos respectivos partidos, e que, tal situação, não aconteceu em muitos concelhos deste país. Ser seu entendimento que existem pessoas que tem um jeito muito especial para estragarem tudo e aquilo que foi conseguido em Esposende, a unanimidade, é uma “arma” poderosíssima do ponto de vista político e que deveria continuar a ser usada, mas que se está a perder porque já se verifica pessoas a puxar dos seus galões. Referiu que é importante que todos expliquem às populações o que está de facto em causa com esta reforma

Disse ainda que a Câmara Municipal se encontra disponível para continuar a trabalhar no sentido de impedir a concretização desta reforma, mas tal, só será possível se for feito com inteligência, porque a única forma de travar este processo é ser mais inteligente que os senhores de Lisboa que decidiram esta reforma, e que, há coisas que se podem fazer mas que não podem ser discutidas na praça pública e que não podem ser objecto de guerrilha política e que, se assim for, continua disponível para trabalhar.

Continuando, referiu que uma vez que a Câmara Municipal aqui foi referenciada de uma forma injusta sendo acusada de passividade neste processo, e que só aceita este reparo pelo facto do Partido Comunista não estar representado em nenhuma Junta de Freguesia e, como tal, não ter participado em nenhuma das reuniões realizadas. Contudo, foi feita aqui uma acusação de que o Município de Esposende teria feito muito pouco ou muito menos que outros municípios espalhados pelo país. Disse que gostaria de saber o que é que esses tais municípios fizeram em concreto. Referiu que tem visto muitas iniciativas, e bem, tomadas por Juntas de Freguesia mas de âmbito municipal, ou seja, de Câmaras Municipais, não tem visto nada de relevante e que não basta fazer a acusação é preciso também concretizar.

Terminando, referiu que gostaria de repetir uma afirmação usada pelo senhor Presidente da Junta da Freguesia de Curvos que, como disse, deve fazer pensar todos de uma forma responsável, porque quando as portuguesas e os portugueses tomarem consciência dos efeitos negativos desta reforma, nessa altura vão reagir, porque a grande maioria da população ainda não se apercebeu daquilo que está em causa com esta reforma e que só vai ser visível a partir das próximas eleições autárquicas e que, até lá, nada irá acontecer.

Sendo 18 horas e 25 minutos, compareceu na sessão a senhora Deputada Ana Morgado, cuja ausência, até então, foi considerada justificada.

Seguidamente usou da palavra Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, dizendo que,

uma vez que o senhor Presidente da Câmara Municipal, no período da sua informação escrita, falou de uma matéria que já havia sido abordada e se dirigiu à sua pessoa, solicitando alguns exemplos de Presidentes de Câmara que tenham participado de forma activa no momento de contestação desta medida do governo, referiu e deu como exemplo o Município de Barcelos, em que o senhor Vice-Presidente participou em todas as iniciativas promovidas pela ANAFRE, do senhor Presidente da Câmara de Anadia que participou numa caravana automóvel de protesto contra esta reforma, o senhor Presidente da Câmara de Vouzela, o senhor Presidente da Câmara de Cantanhede.

Continuando, referiu que gostava de questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal se já foi feita a explicação que referiu na sua intervenção, porque, de facto, é imprescindível que seja explicado esta reforma às populações e os seus efeitos nefastos. Questionou ainda porque razão tendo a Câmara Municipal meios para fazer essa tal explicação ainda não se concretizou.

Disse também que relevou o aspecto da unanimidade e que, provavelmente, terá sido singular pela forma como foi conseguida, mas que, se a Câmara Municipal promover caravanas automóveis, participar nas manifestações ou, pelo menos, dinamizar este tipo de iniciativas e mobilizar as populações, questionou se este tipo de iniciativas colocam em causa a unanimidade que foi conseguida na Assembleia Municipal.

Usou novamente da palavra o senhor Presidente da Câmara referindo que não iria comentar a intervenção do Deputado Manuel Carvoeiro porque, sobre a questão da unanimidade, já disse aquilo que pensava e as pessoas são livres de entender da forma que julgarem.

Relativamente à participação das Câmaras Municipais ou às iniciativas que as Câmaras Municipais podem ter, disse que o senhor deputado se limitou a dar exemplos de participações em caravanas automóveis e manifestações.

Referiu que nunca fez isso na vida e que, em quinze anos como Presidente da Câmara, resolveu muitos problemas sem ter que fazer manifestações.

Sendo 18 horas e 40 minutos, compareceu na sessão a senhora Vereadora Hersília Marques.

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

03.01 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

03.02 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2012 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e quatro de Setembro de 2012 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ACTA DA SESSÃO REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2012.

Por não terem estado presentes e conforme declararam, abstiveram-se os senhores Deputados Luís Sá e Melo e João Figueiredo e os senhores Presidentes de Junta Manuel Fernando, Luís Peixoto e António Carlos.

03.03 – ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2012 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia um de Outubro de 2012 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2012.

Por não terem estado presentes e conforme declararam, abstiveram-se os senhores Deputados, Ana Mafalda, Luís Sá e Melo, Miguel Moreira, António Queirós e João Figueiredo e o senhor Presidente de Junta, Manuel Barros Lopes.

03.04 – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE MAR – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 25 de Outubro de 2012, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal reconheça o interesse Público Municipal da Construção da Estação Elevatória de Mar. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal tendo explicado a proposta apresentada.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, RECONHECER O INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE MAR. -----

03.05 – DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA ESPOSENDE AMBIENTE, EEM - PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 29 de Novembro de 2012, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal designe, nos termos do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, o Fiscal Único da Esposende Ambiente EEM. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal tendo explicado a proposta apresentada.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, DESIGNAR COMO FISCAL ÚNICO DA ESPOSENDE AMBIENTE, EEM A SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS – JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC. -----

03.06 – CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ESPOSENDE AMBIENTE, EEM PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 29 de Novembro de 2012, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a Esposende Ambiente, EEM para a prestação de serviços de resíduos urbanos e limpeza pública no Município de Esposende. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal tendo explicado a proposta apresentada.

Seguidamente, usou da palavra Manuel Enes, do Grupo Político do PS, referindo ter dúvidas sobre a redacção do documento uma vez que é referido no mesmo, a atribuição, pela Câmara Municipal, de um subsídio à Esposende Ambiente, questionando se de facto se trata de um subsídio. Questionou ainda sobre se foram feitas consultas a outras entidades e se houve algum estudo para saber se, de facto, o preço cobrado pela Esposende Ambiente é ou não justo. Disse ainda que a contabilidade entre a Câmara Municipal e a Esposende Ambiente é sempre difícil de entender.

Usou novamente da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que a Esposende Ambiente presta serviços à Câmara Municipal, nomeadamente a limpeza urbana e a manutenção e tratamento dos espaços verdes e é por tal razão que há a necessidade de um contrato programa. E no âmbito desse mesmo contrato é atribuído um subsídio à exploração a receber pela Esposende Ambiente no valor de 412 mil euros anuais para compensação dos encargos que a empresa tem com a prestação desses serviços. Continuando, referiu que relativamente aos gastos e custo de cada um dos serviços prestados bastará consultar a tabela da minuta do contrato programa que foi entregue a cada um dos senhores deputados. Sobre se foi feito algum estudo de mercado sobre o preço praticado pela Esposende Ambiente, referiu que sim, que houve um estudo de mercado e que o valor que a Câmara Municipal tem que pagar à Esposende Ambiente é seguramente inferior aquilo que as empresas privadas cobram por esses mesmos serviços que é quase três vezes mais do que aquilo que é actualmente cobrado.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA. -----

Votaram a favor os 23 deputados do Grupo Político do PSD e os 3 deputados independentes, num total de 26. Abstiveram-se o deputado do Grupo Político da CDU e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fão, num total de 2. Votaram contra 4 deputados dos Grupos Políticos do PS. -----

Foram proferidas duas declarações de voto, a primeira, pelo Grupo Político do PS, que se transcreve:

“O Grupo Político Municipal do Partido Socialista vota contra esta proposta, porque entende que os elementos apresentados na mesma, não nos permitem avaliar com rigor, os fundamentos e o alcance desta verba.

Porque a mesma é apresentada com sendo um subsídio á exploração, com base num Contrato Programa que diz respeito a prestação de serviços relacionados com a gestão de resíduos urbanos, leva-nos a concluir que como tal, estas deviam de vir acompanhadas de outros elementos, que supostamente existirão, e o Senhor Presidente, confirmou que existe, mas que não acompanharam a proposta.

Assim e porque os elementos fornecidos se mostraram insuficientes para avaliação, rigorosa e convicta, votamos contra.”

A segunda declaração de voto foi proferida pelo senhor Luís Peixoto, Presidente da Junta de Freguesia de Fão, saudando o trabalho desenvolvido pela Esposende Ambiente, nomeadamente nas respostas dadas às solicitações da Junta de Freguesia de Fão. Referiu ainda que se absteve uma vez que existem dúvidas se, de facto, os sobre os valores em questão serão os melhores.

Sendo 18 horas e 55 minutos, compareceu na sessão o senhor José Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Esposende, cuja ausência, até então, foi considerada justificada.

03.07 – DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO NO ÂMBITO DA LEI 49/2012, DE 29 DE AGOSTO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 29 de Novembro de 2012, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove a atribuição do abono de despesas de representação aos actuais titulares de cargos de direcção intermédia de 2.º grau (chefes de divisão), nos montantes fixados para o pessoal dirigente da administração central previsto no artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro, com efeitos a 1 de Setembro, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 24.º, ao abrigo da al. R) do n.º 1 do Art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sendo-lhes aplicáveis as correspondentes actualizações anuais. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Presidente da Câmara

Municipal tendo explicado a proposta apresentada.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, NO ÂMBITO DA LEI 49/2012, DE 29 DE AGOSTO, AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A ATRIBUIR O ABONO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS ACTUAIS TITULARES DE CARGOS DE DIRECÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU (CHEFES DE DIVISÃO), NOS MONTANTES FIXADOS PARA O PESSOAL DIRIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL PREVISTO NO ARTIGO 31º DA LEI N.º 2/2004, DE 15 DE JANEIRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI N.º 64/2011, DE 22 DE DEZEMBRO, COM EFEITOS A 1 DE SETEMBRO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ART.º 24º, AO ABRIGO DA AL. R) DO N.º 1 DO ART.º 53º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO, SENDO-LHES APLICÁVEIS AS CORRESPONDENTES ACTUALIZAÇÕES ANUAIS. ----

Votaram a favor os 23 deputados do Grupo Político do PSD e os 3 deputados independentes, num total de 26. Abstiveram-se o deputado do Grupo Político da CDU e os 6 deputados do Grupos Políticos do PS, num total de 7. -----

03.08 – REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 29 de Novembro de 2012, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove a proposta da Câmara Municipal, nomeadamente, que defina a Estrutura Hierarquizada como Modelo de Organização Interna, bem como o número máximo de Unidades Orgânicas Flexíveis. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal tendo explicado a proposta apresentada.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, DEFINIR A ESTRUTURA HIERARQUIZADA COMO MODELO DE ORGANIZAÇÃO INTERNA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE. MAIS DELIBEROU DEFINIR EM OITO O NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS, SENDO QUE, DESTAS, SETE SERÃO DE 2.º GRAU E UMA DE 3.º GRAU. -----

Votaram a favor os 23 deputados do Grupo Político do PSD e os 3 deputados independentes, num total de 26. Abstiveram-se o deputado do Grupo Político da CDU e os 6 deputados do Grupos Políticos do PS, num total de 7. -----

03.09 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2013 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 29 de Novembro de 2012, foram presentes na sessão as propostas para o ano de 2013 do Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Actividades Municipais, Orçamento da Receita e da Despesa e Mapa de Pessoal. Fica arquivada cópia dos mesmos junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal referido que, apesar do Poder Central tratar mal o Poder Local, no Município de Esposende foi conseguido um orçamento que permite olhar para 2013 com grande confiança do ponto de vista da estabilidade financeira da Câmara Municipal, informando que o município irá, mais uma vez, transitar de ano sem dívidas a curto prazo e com o endividamento de médio e longo prazo perfeitamente controlado.

Referiu ainda que o Município de Esposende será dos poucos a cumprir a Lei dos Compromissos e que apesar das dificuldades que se vai sentido pelo país, a Câmara Municipal consegue, com este orçamento, dar praticamente resposta a todas as solicitações apresentadas pelas Juntas de Freguesia e definidas como prioritárias para as suas freguesias.

Continuando, disse que é dado também continuidade aos programas de apoio nas áreas da educação, da acção social e que, no caso, com a criação de um programa de emergência social para dar resposta aos problemas que decorrem essencialmente do desemprego.

Referiu ainda que está a ser estudado pela autarquia um programa específico para fazer frente ao facto de algumas crianças não estarem a ser vacinadas por falta de condições económicas dos pais e alguns recém-nascidos estarem a ser alimentados com leite de vaca diluído em água porque também, no caso, os pais não tem condições económicas para comprar o leite específico e aconselhado para essas crianças.

Continuando, referiu que continuarão a ser realizadas e desenvolvidas todas as actividades culturais e desportivas e que não haverá a necessidade de abdicar de nenhuma por condicionalismos financeiros. E que, em 2013, é intenção da autarquia reeditar a Galaicofolia, sendo que, no caso, repensado o seu conceito, ser seu entendimento existir potencial para se tornar numa mais valia para o concelho.

Terminando, referiu se tratar de um orçamento rigoroso, objectivo e exequível.

Interveio seguidamente Albino Neiva, do Grupo Político do PSD, cuja intervenção se transcreve:

“Pese embora o ciclo económico negativo que o nosso país atravessa, que é preocupante e que põe em causa a própria sustentabilidade das finanças públicas, o Município de Esposende – a sua Câmara Municipal – apresenta-nos uma proposta de orçamento e grandes opções do Plano para 2013 que nos deixam satisfeitos quer pela exigência e rigor na sua elaboração, quer porque nesses instrumentos vemos vertidas muitas das aspirações das Juntas de Freguesia – chamadas a pronunciarem-se sobre as suas opções, e, também, porque aponta para a continuação no investimento de áreas importantes para o desenvolvimento sustentado do nosso concelho.

É claro que a Câmara e o seu Presidente desejariam ir muito mais além. Todos sabemos que a gestão do município poderia ser outra – mais descuidada, menos atenta à gestão dos dinheiros públicos, menos rigorosa no controle das despesas, mais uma câmara a sentar-se, com a corda

ao pescoço, em frente dos gestores políticos do PAEL (Programa de Apoio a Economia Local). O nosso executivo municipal poderia enveredar pela via do desgoverno e contribuir, como muitas outras, para o descontrolo das finanças nacionais. Não o fez, não o quer fazer e nós aplaudimos com regozijo essa gestão. Orgulhamo-nos quando Esposende e apresentado em fóruns nacionais como exemplo a seguir. É bom, quiçá desesperante para a nossa oposição, saber que, mais uma vez Esposende transita de ano sem dívidas a curto prazo. É interessante saber que, contrariamente a outros, honramos todos os compromissos que subscrevemos. Não é fácil, reconhecemos, ser Presidente de uma Câmara com anseios, com projectos, mas limitada nos seus recursos financeiros. Os pratos da balança desequilibram-se e se por um lado descem as receitas, diminuem-se os impostos municipais, por outro sobe a necessidade de intervir em áreas sensíveis como é o caso da acção social e apoio às famílias e criação do Plano de Emergência Social para o nosso concelho. O paradigma da gestão autárquica mudou e só alguém distraído poderá exigir mais ao Executivo Municipal. Prever, nos dias de hoje, é sempre um risco, mas vale a pena apontar com clareza um rumo e saber gerir, dia-a-dia, as expectativas. Por todas estas razões não poderíamos deixar de apoiar, de forma incondicional, este Plano Previsional para 2013 assim como as Grandes Opções do Plano que o Executivo Municipal aqui nos apresenta.”

Interveio seguidamente Manuel Enes, do Grupo Político do PS, cuja intervenção se transcreve:

“Há poucos dias atrás, numa amena conversa de almoço entre adversários políticos, disse “adversários” e não inimigos, questionava-se quanto ao interesse ou a eficácia de um debate e consequente votação na Assembleia Municipal dos “Documentos Previsionais, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal” que todos os anos a Câmara Municipal está obrigada por lei a apresentar nesta Assembleia.

Trata-se, efectivamente, de um Documento demasiado importante para apenas ser apreciado em minutos, sempre apresentado como facto consumado.

Lamenta-se mais uma vez, a resistência do Executivo Municipal a adopção do “Orçamento Participativo” medida que aproximaria mais a sociedade civil da gestão autárquica e aumentava a confiança nas Instituições municipais, deixando então, quase e apenas, a discussão deste documento à mercê dos Partidos da oposição.

Ora como documento longo, complexo e técnico, confesso, e sem complexos, que não me sinto habilitado para o discutir na sua plenitude e em todas as áreas.

Porém, e como dizia recentemente um autarca do Algarve, o Presidente da Câmara, e eu acrescento igualmente os Deputados Municipais, “não tem que perceber de finanças, de urbanismo, de trânsito, ou de tudo quanto é competência do Município ou da Assembleia para decidirem sobre isso, só porque a isso estão obrigados.

Não têm que ter formação académica ou ser especialistas, pois entende esse Autarca que a sua decisão é política, e uma decisão de gestão, embora reconheça, é certo, que essas avaliações se devem sempre fundamentar e sustentar nos argumentos e nos pareceres dos técnicos da própria Autarquia.

Sendo assim, nem estou preocupado com o resultado final das contas. Esse, há-de o Senhor Presidente da Câmara e principal responsável por este documento tranquilizar-nos se elas estão ou não em conformidade com a lei a que estão obrigadas.

Mas também se alguém tiver dúvidas quanto as mesmas, pode e deve, porque é um direito que lhe assiste, manda-las verificar pelo Tribunal de Contas. É assim que as competências estão estruturadas.

Diz no regimento deste Órgão que compete a Assembleia Municipal, acompanhar e fiscalizar

a Actividade da Câmara Municipal e aprovar o “Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal proposto pelo Executivo, quanto às decisões políticas e de estratégia que pretende para o concelho.

É o que nos pedem neste momento aqui, e por isso, e quanto ao documento que hoje aqui nos é apresentado, e pedido para que nos pronunciemos, “Documentos Previsionais para o ano de 2013 – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa do Pessoal”, o que queremos discutir é efectivamente aquilo que são opções políticas e de estratégia para o desenvolvimento de Esposende, porque na verdade foram estas diferenças, que supostamente definiram a intenção de voto dos municípios deste concelho nas eleições Autárquicas de 2009.

E quanto a elas, bem podemos dizer que não nos revemos no principal deste “Documento Previsional para o Ano de 2013”.

Este não é com certeza o nosso Orçamento.

Porquê?

Diz o Senhor Presidente, na sua mensagem de apresentação, que a crise económica, financeira e social trouxe um crescimento exponencial da procura de apoio social por parte dos municípios.

Com certeza que é verdade.

É verdade porque o povo português vive hoje um dos piores momentos da sua história, e está a ser vítima de uma austeridade sem limites, consequência de erros de des governação de décadas, mas sobretudo vítima da insensibilidade do actual Governo, que, após um ano e meio de políticas austeras, apenas se preocupa em vender património, descurando a economia que vai definhando em cada dia que passa.

Este Governo PSD/CDS atirou para a miséria e lançou para o limiar da pobreza mais de dois milhões de portugueses, e tem unicamente a responsabilidade por este aumento colossal do desemprego, e como se isto não bastasse fala agora em “refundação” do Estado, sabendo que isso representa 4 mil milhões de euros em cortes na área social e educação.

Resta perguntar:

Tem este Governo alguma ideia de como ajudar os portugueses?

O concelho de Esposende sofre dos mesmos males que o resto do país: há mais desemprego, há mais famílias com grandes dificuldades em honrar os compromissos assumidos, há mais falências e há mais emigração.

Todos os dias constatamos estes dramas, e cada um à sua maneira, vai manifestando a sua sensibilidade perante estes problemas, particularmente nesta Quadra natalícia.

Como tal não podemos deixar de enaltecer a criação do “Programa de Emergência Social”, que o Senhor Presidente da Câmara anuncia na sua mensagem destes documentos previsionais, para apoiar as famílias mais necessitadas e com problemas de desemprego.

Mas Senhor Presidente, sem duvidar da sua sensibilidade para com estas causas, entende V. Ex.cia que serão aqueles 50 mil euros orçamentados para este “Programa de Emergência Social” que ajudarão, até somente, os mais carenciados do concelho?

Esposende atravessa hoje um momento economicamente muito difícil, devido à forma como a indústria têxtil e a construção civil, principais dinamizadores da economia local, foram afectados por esta crise económica e financeira.

Porquê então gastar, ou melhor, não será possível gastar um pouco menos de 1 milhão e meio de euros, tanto quanto a Câmara vai investir na área do desporto em 2013 em Contratos-programa e futebois, se estes até podem esperar, quando a prioridade devia ser, isso sim, e nós estamos de acordo, a Emergência Social?

Por mais de uma vez já dissemos aqui, que em Esposende não há onde ganhar dinheiro, a construção civil, outrora o grande dinamizador deste concelho, já não existe e o têxtil acabou. Passado 2012, estávamos nós ainda mais expectantes que este Orçamento descobrisse alguma

coisa de extraordinário na área do Turismo, principalmente depois de passados, agora já dois anos, sobre a apresentação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do concelho de Esposende, mas nada, continuamos a ficarmo-nos pelos “sabores” e pouco mais.

O Comercio e Turismo;

Não é uma questão de teimosia, a aposta no Comercio e Turismo é mesmo uma necessidade, pois trata-se de dois sectores de actividade primordiais para a sustentabilidade económica das pessoas de Esposende, dinamizar o Mercado Municipal tem que constituir uma prioridade nas opções estratégicas do Executivo, porque é de lá que provem o sustento de muitas famílias desta terra, e apostar no turismo é evidente até pela própria localização geográfica de Esposende.

O que constatamos?

Em 2011 o respectivo Plano para o Turismo, tinha uma dotação de 34.520 euros, em 2012, fosse ou não pelo reparo do Partido Socialista, esse valor aumentou, para € 263 mil euros, e agora para 2013 é apresentado um valor pouco acima dos € 400 mil (continuando a representar apenas 2% deste Orçamento, o que é pouco).

Não fora a estafada promessa do Parque Temático dos Moinhos de Abelheira e a muito urgente recuperação daquele edifício conhecido como do Turismo, futuramente Centro de Informação Turística e pouco haveria a registar nesta área.

Não chega, é pouco, temos que cativar Unidades Hoteleiras para Esposende, e se agora pelo menos temos em teoria o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do concelho, mais premente isto se torna, coisa que não se vê neste Documento.

“Os novos investimentos no domínio do saneamento serão realizados pela Empresa Municipal Esposende Ambiente”.

Abastecimento de agua

“Os novos investimentos serão realizados pela Empresa Municipal Esposende Ambiente”.

Se há necessidades que as pessoas mais anseiam, são efectivamente as necessidades básicas, ou seja: água e o saneamento, mas se essas contas não vem para apreciação nesta Assembleia, é pena, lamenta-se que o Plano da “Esposende Ambiente” que gere dinheiro público e porque Empresa Municipal, não seja igualmente sujeito a apreciação desta Assembleia.

Mas como a Esposende Ambiente não é a Empresa que hoje estamos a apreciar, aliás, a sua gestão nem sequer é avaliada por esta Assembleia, por isso lembro, o que estamos aqui a fazer neste momento é a discutir e votar o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2013 da Câmara Municipal de Esposende, e é sobre este que nos estamos a pronunciar, por isso passemos à frente.

Nós bem gostaríamos de ouvir o Senhor Presidente da Câmara a dizer que vai dar prendas de Natal aos munícipes de Esposende, como fizeram congéneres seus, noutras autarquias do país quando propõem:

- Redução do IMI ou redução da taxa do IRS;

Queríamos, igualmente, ver aumentar a despesa social e o investimento, e reduzir os impostos e cortar na despesa.

Queríamos ver programas de incentivos a jovens e famílias que optassem por se fixarem no concelho e melhorarem o mercado imobiliário, com isenção ou devolução do valor do IMI, tal como propusemos em devido tempo.

Queríamos sobretudo ver um Orçamento elaborado na diminuição das despesas de funcionamento, sem contudo cortar “nas crianças, nos idosos e nos investimentos”, nem no pessoal para além dos 2% que o Governo impõe.

E isto nem seria pedir muito, uma vez que esta despesa seria compensada pela redução dos encargos nos juros dos empréstimos, devido às quebras sucessivas das taxas de juros.

Mas não, não é isso que constatamos neste documento, e pergunto até:

- Porquê aumentar as transferências de capital em mais 775 mil euros do que o ano anterior? Só porque 2013 é ano de eleições Autárquicas?

- Porquê aumentar as transferências correntes em mais 220 mil euros, ou porquê dar um subsídio de 430 mil euros a Esposende Ambiente (que não devia precisar dele), e ainda ter de pagar IVA desse subsídio para o poder dar, quando a prioridade devia ser o “Programa de Emergência Social?”

Porquê manter o subsídio de 239 mil a Empresa Municipal Esposende 2000, quando a emergência devia ser maior apoio às pessoas, às famílias em dificuldades, em reduzir, como propôs o Partido Socialista, o custo da água e do saneamento em 15%, por ser um dos mais caros do país?

Poderia continuar nesta análise ao “Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2013”, o qual padece da semelhança com anos anteriores, mas que por muito que o Partido Socialista possa dizer, com rigor e com verdade, o certo é que a maioria nesta Assembleia já há muito assegurou o seu voto favorável, sem questionar qualquer assunto ou qualquer valor, como de costume, aliás.

Contentamo-nos, porem, por, neste “Documentos Previsionais para o ano de 2013”, já ter reservado uma nota de 100 euros para cada uma destas obras:

Centro Escolar de Apúlia; Centro Escolar de Marinhãs; Aquisição de viaturas; Esposende Cidade Natura; Construção de Habitação Social e Parque de Estacionamento do Tribunal.

É, verdadeiramente, muito pouco para tanto pretendido.

O Plano de Actividades Municipais já reservou também uma nota de 100 euros para gastar no arranque de algumas ideias, sendo de destacar, (só porque é a última área de intervenção prevista neste documento), o impulso dado com essa nota verde à Construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Vila Chã.

Notório de facto.

Pois bem, sendo este o último “Orçamento e Grandes Opções do Plano deste mandato”, pensávamos nós, e exigia-se que ele fosse, o cumprimento das promessas feitas na Campanha Eleitoral de 2009, e que constam do programa do PSD, e que lhe permitiu ganhar essas eleições.

Mas afinal, muitas das promessas ficaram, agora definitivamente, na “gaveta”.

Mas também porque este é o último mandato na actual figura representativa desta Assembleia, o Partido Socialista deu liberdade de voto aos Senhores Presidentes de Junta de Esposende e Fão, os últimos também a terem esta deferência, para votarem como melhor entenderem que defendem os interesses das suas freguesias, estes “Documentos Previsionais para o ano de 2013.”

Seguidamente usou da palavra Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, cuja intervenção se transcreve:

“O senhor Presidente acabou de afirmar que este é o 15.º orçamento que apresenta a esta Assembleia Municipal.

Sem dúvida muitos orçamentos. Mas mesmo tendo apresentado tantos orçamentos nem por uma vez cumpriu a Lei, ouvindo previamente a oposição sobre o projecto de orçamento. Não, nunca o fez e estava obrigado a fazê-lo.

Portanto, tem no seu curriculum, e nesta matéria concreta, enquanto edil, o desrespeito pela oposição.

O senhor Presidente enfatiza o cumprimento dos encargos por parte do município, a inexistência de dívidas a curto prazo. Mas isto é o que se exige de pessoas de bem, de

entidades credíveis, outra coisa não seria de esperar. O problema não está aqui, mas antes nas opções em termos do que se pretende para Esposende, em termos de rumo.

Os documentos em análise são mais do mesmo. O seu carácter rotineiro é a sua marca mais visível. Continuamos a observar a inscrição de verbas para obras que nunca se realizam. O exemplo maior é a verba, por sinal idêntica a anos anteriores, para a construção do Parque Temático dos Moinhos da Abelheira.

No plano do desenvolvimento sustentado nada se vê que possa suportar a mensagem do senhor Presidente da Câmara insita nos documentos ora em análise. Efectivamente, não se constata um sentido estratégico no que concerne ao desenvolvimento económico. As referências aos parques industriais são praticamente inexistentes. Não se vislumbram, desde logo, no plano plurianual de investimentos, iniciativas orientadas para o desenvolvimento do nosso tecido económico/empresarial. Ao invés é usada uma estratégia de reescrever o que vem em planos anteriores e que nunca se realiza.

Por isso vamos continuar a ter os parques industriais de Fão/Gandra/Palmeira (Mangalança) como meros arremedos de parques industriais, pois na realidade não são verdadeiros parques industriais, antes um amontoado desordenado de pavilhões onde coexiste o comércio com unidades industriais.

Não há, nem se vislumbra nestes documentos previsionais, uma política, uma intencionalidade orientada para a fixação de empresas, tudo numa perspectiva de criar emprego e dinamizar a economia do concelho.

Não há políticas de aquisição de terrenos e venda dos mesmos a preços reduzidos para a instalação de indústrias. Aliás, mesmo antes de tudo isto, nunca a Câmara debateu qual o modelo de crescimento/desenvolvimento que pretende para o Concelho de Esposende.

Que tipo de indústrias? Em que sectores? Tudo isto continua por acontecer em Esposende.

Ainda, no âmbito da análise destes documentos, continuamos a assistir à inscrição de verbas no lado da despesa, quanto a nós, significativas e que não se justificam, mais ainda, neste tempo em que se requer uma gestão muito criteriosa e racional dos dinheiros públicos. Falo, desde logo, dos Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria. A verba inscrita para este ano é de 467.855,00 euros. Teve, pois, por comparação com a verba inscrita para 2012, um aumento de 81.130,00 euros. É um aumento significativo que, certamente, vai permitir mais contratações por ajustes directos de serviços que não se justificam como os que existem na área jurídica, na área da comunicação social e mesmo na área da psicologia.

Continuo a afirmar que a Câmara tem, certamente, recursos humanos que permitam responder, com eficiência e eficácia, as exigências que se colocam em tais áreas.

Muito, ainda que não faz sentido a Câmara Municipal continua a inscrever verbas (despesa) com locação/aquisição de software informático, quando poderia adquirir tal material através do recurso ao software livre. Muitas outras autarquias o fazem e poupam muito dinheiro.

Também se constata um aumento significativo no que concerne à locação de outros bens, para além dos informáticos. Presumo que a locação de outros bens engloba a locação de edifícios.

Ora, atento a esta rubrica estamos perante um aumento, por comparação a 2012 de cerca de 78.500 euros. É muito dinheiro. Não se entende, pois, que a Câmara aliene, ou ceda imóveis ou financie instituições para aquisição de sedes e depois tenha este encargo com a locação de edifícios. Esta opção requer esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara.

Ora, neste quadro, não podem contar com o voto favorável do PCP.”

Seguidamente usou da palavra Mário Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Curvos, referindo que o seu voto será favorável e que tal não poderia ser de outra forma tendo em conta a análise feita ao documento. Agradeceu ainda ao senhor Presidente da Câmara Municipal pelo facto de permitir que, mais uma vez, os Presidentes de Junta contribuam para este documento

com sugestões e que, o mesmo, vai ao encontro das pretensões das Freguesias, uma vez que são atendidas, apesar de rigorosos critérios, as solicitações e pretensões das Juntas de Freguesia e que se verifica uma justiça de investimentos em todas as freguesias do concelho.

Terminado, referiu deverá ser louvada a postura da Câmara Municipal por saber, nos momentos oportunos, aproveitar os fundos estruturais e que, esta situação, é um dos principais elementos diferenciadores dos municípios vizinhos e não vizinhos.

Usou novamente da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal que, sobre as intervenções anteriores, referiu que a sua primeira conclusão, após o que ouviu dos partidos da oposição, só veio reforçar que este é, de facto, um grande orçamento municipal.

Continuando e respondendo às questões colocadas, concretamente pelo senhor Deputado Manuel Enes, disse que o Partido Socialista esteve contra a redução do IMI, porque a Câmara Municipal apresentou uma proposta de redução do IMI e o Partido Socialista votou contra. Disse ainda não valer a pena dizerem que votaram contra porque acharam que se deveria ter reduzido mais, porque se assim fosse, deveriam ter-se absterido e dito que se fosse o Partido Socialista teriam reduzido ainda mais.

Continuando, e sobre a questão das rubricas orçamentadas com a “nota verde”, os tais cem euros, disse que tal situação se deve ao facto de não ser possível saber se de facto esses investimentos, pelas condicionantes, serão possíveis de realizar durante o ano, qual o valor necessário para a sua efectiva execução, apontando ainda o facto do documento ter sido efectuado pelos serviços em Outubro e que, até ao final do mês de Dezembro, a Autarquia ainda irá pagar muitas facturas e muitos autos de empreitada, o que equivale dizer que, logo no início do ano, das dotações existentes será retirada a verba entretanto liquidada e assim reforçar outras que não tem dotação suficiente.

Referiu ainda que gostaria de deixar dois desafios ao senhor Deputado Manuel Enes, uma vez que, na sua intervenção, passou muito ao de leve pela história da água e da proposta de redução que o PS andou a propagandear onde propunham uma redução de 15% nas tarifas da água e que seria essa redução a solução para os problemas financeiros para as famílias de Esposende. Disse que o PS se esqueceu foi de dizer que se essa proposta fosse implementada cada família poupava em média um euro por mês. Disse que na proposta do Partido Socialista tinha um erro dizendo que a quebra de receitas para a empresa era de 350 mil euros, quando na verdade a quebra de receitas seria de 720 mil euros. Continuando propôs ao Partido Socialista, que numa próxima sessão da Assembleia Municipal, se disponibilizem para discutir abertamente, ponto por ponto, a proposta do PS. Porque, como disse, já não é primeira vez que o Partido Socialista lança comunicados sobre a questão da água e depois chega às Assembleia Municipais e ficam calados.

Seguidamente e sobre as críticas apontadas, onde foi referido que a Câmara Municipal dá prioridade a vertentes e investimentos que não prioritários e que deveria haver mais dinheiro para o programa de apoio social, lançou o segundo desafio ao senhor Deputado Manuel Enes se concorda que, para reforçar as áreas que disse estarem deficitárias cortava alguns dos investimentos previsto no orçamento, tais como o Projecto da Barra do Cávado, Construção do Centro de Segurança Pública, Requalificação do Auditório Municipal, Construção do Auditório da Casa da Juventude, Requalificação do Estádio Padre Sá Pereira, Criação da Casa das Gerações, Construção do Edifício de Apoio aos Pescadores, Construção do Parque de Estacionamento da Zona Central de Esposende, Criação do Centro de Informação Turística, Ampliação do Cemitério de Esposende, todos na freguesia de Esposende, Construção da Capela Mortuária de Fão, Valorização do Cemitério Medieval de Fão, Requalificação da Zona Ribeirinha de Fão, Pavimentação da Travessa S. João de Deus, Pavimentação da Rua do

Poveiros, Pavimentação da Travessa dos Lírios, Pavimentação da Rua do Fagilo e Pavimentação do Largo do Caldeirão.

Seguidamente e sobre a intervenção do senhor Deputado Manuel Carvoeiro, referiu que não iria discutir se tem ou não no curriculum o desrespeito pela oposição mas que no seu curriculum tem efectivamente três vitórias eleitorais significativas. Continuando referiu que sobre os Moinhos da Abelheira toda a gente sabe quais são as condicionantes e as dificuldades que existem para implementar aquele projecto esperando, apesar dos constrangimentos, ser possível no decorrer de 2013 realizar alguma obra. Sobre os Parques Empresariais disse ficar muito satisfeito quando o senhor Deputado Manuel Carvoeiro sugere para ir falar com os empresários e empresas porque, sendo assim, é um sinal que afinal há empresários e empresas nos nossos parques empresariais.

Seguidamente usou da palavra Manuel Enes, do Grupo Político do PS, referindo que sobre o IMI, o Partido Socialista apresentou na Câmara Municipal uma proposta onde era proposta uma descida mais significativa. Continuando, referiu que já no ano de 1993 havia no orçamento daquele ano uma rubrica, ainda na moeda antiga, onde constavam 100 contos para aquele equipamento e que, entretanto, passaram praticamente vinte anos.

Sobre a questão da água, disse que o Partido Socialista terá todo o gosto em estudar melhor a situação porque, como referiu, eventualmente não serão 320 mil euros mas também não serão certamente os 720 mil euros que o senhor Presidente referiu.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2013 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL. -----

Votaram a favor os 23 deputados do Grupo Político do PSD e os 3 deputados independentes, num total de 26. Abstiveram-se os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Esposende e Fão, num total de 2. Votaram contra 4 deputados dos Grupos Políticos do PS e o deputado do Grupo Político da CDU, num total de 5. -----

03.10 - ASSUNTOS DIVERSOS DE CARÁCTER GERAL: _____

Interveio Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, referindo que gostaria de colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara Municipal, uma vez que recentemente teve conhecimento, através de alguns pais, onde lhe foi reportada uma situação e que sobre a mesma gostaria de saber de é efectivamente verdade o que lhe foi reportado. Continuando, disse que em Palmeira de Faro existe, há alguns anos, um jardim-de-infância público e que, segundo informação dos pais, foram efectuadas obras há relativamente pouco tempo, reunindo o edifício condições de adequabilidade e segurança e existe uma excelente relação entre instituição e associação de pais e, apesar deste quadro, a Câmara Municipal terá feito uma proposta à Direcção Regional de Educação do Norte para que este jardim-de-infância da rede pública passe-se a funcionar na IPSS de Palmeira de Faro, significando assim o encerramento do equipamento. Questionou se de facto é verdade o que lhe foi transmitido e se o senhor Presidente concorda com tal situação.

Terminando, referiu gostar de ver a Assembleia composta e que fica triste, com o devido

respeito pela senhora Vereadora Hersília Marques que se encontra presente na sessão, quando olha para uma bancada e a mesma se encontra vazia. Disse que todos sabem que a substituição dos senhores deputados é imediata, podem existir e admito que exista algum constrangimento, mas numa sessão em que se falou da extinção de freguesias, da reforma autárquica, em que se falou do conselho, da política, dos documentos previsionais e, da bancada do CDS-PP o único ruído que houve foi o silêncio.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal depois da intervenção do senhor Deputado Manuel Carvoeiro, referiu que, sobre a ausência dos deputados do CDS-PP, o mesmo apenas diz apenas respeito aquele partido e aos seus deputados.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal que, sobre a questão colocada, disse confirmar e que não é alérgico à palavra encerramento, quando esse hipotético encerramento representa uma melhoria das condições que são oferecidas às crianças. Continuando, referiu que o que acontece é que na freguesia de Palmeira de Faro se encontra em fase final a construção de um novo equipamento social, gerido e propriedade de uma IPSS. Contudo, a grande maioria das crianças que frequentam o jardim-de-infância de Palmeira são também utentes dessa mesma IPSS. O seu complemento de horário é feito nessa IPSS e quando o novo centro social começar a funcionar, as crianças vão ter que ser transportadas diariamente do jardim-de-infância de Palmeira para o centro social e, perante tal situação, a Câmara Municipal propôs, porque o novo edifício tem condições físicas e espaços suficientes e com excelentes condições para poderem ser integradas as salas do jardim-de-infância público naquele novo edifício evitando assim que as crianças tenham que ser transportadas diariamente de um edifício para o outro. Disse ainda que as salas do jardim-de-infância continuariam a funcionar na rede pública.

Terminando, referiu que tal não passou de uma proposta e a Câmara Municipal não pretende impor nada e uma vez que não houve vontade por parte dos pais das crianças, ficou decidido nada se alterar.

04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público.

NÃO SE VERIFICARAM INTERVENÇÕES. -----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por UNANIMIDADE. -----

---Sendo vinte horas e quinze minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

O Segundo Secretário,

Faz parte integrante desta acta o registo áudio da presente sessão e que se encontra em arquivo na Câmara Municipal. -----

ACTA

N.º 06/2012

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Realizada em
17 de Dezembro de 2012